

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CAPACIDADES ESTATAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma crítica ao debate

Darana Carvalho de Azevedo¹

Lenaura Vasconcelos Costa Lobato²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo fazer uma análise crítica em torno do debate sobre capacidades estatais na promoção de políticas públicas. Para tanto, realiza uma revisão bibliográfica sobre o tema apontando as principais concepções identificando as categorias por elas abordadas e conseguinte, apontando os determinantes alguns determinantes históricos, políticos, econômicos e culturais que perpassam as capacidades estatais no Brasil. O estudo contribui para a compreensão do tema em sua totalidade, promovendo uma análise que abarque a essência do fenômeno nas suas íntimas e complexas determinações.

Palavras-chave: Capacidades estatais. Políticas Públicas. Determinantes.

ABSTRACT

This article aims to make a critical analysis of the debate on state capabilities in promoting public policies. To do so, it carries out a bibliographical review on the subject, pointing out the main concepts, identifying the categories addressed by them and, consequently, pointing out the determinants of some historical, political, economic and cultural determinants that permeate state capacities in Brazil. The study contributes to the understanding of the theme in its entirety, promoting an analysis that encompasses the essence of the phenomenon in its intimate and complex determinations.

Keywords: State capabilities. Public policy. Determinants.

1 INTRODUÇÃO

Notório é o avanço, ao longo das décadas, das perspectivas teóricas sobre capacidades estatais. À medida que se amplia o entendimento sobre a relevância do

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), doutoranda em Política Social, bolsista CAPES; darana_a@yahoo.com.br.

² Universidade Federal Fluminense (UFF), Pós Doutora, bolsista CNPq; lenaualobato@uol.com.br.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



papel do Estado na promoção de políticas públicas, amplia-se a busca de conceitos e categorias que sejam capazes de abranger o tema em sua complexidade.

Nessa empreitada crescente é o número de estudos que se propõem a avaliar as capacidades estatais, adotando para tanto algumas dimensões pertinentes para essa propositura. No entanto, incipientes são as pesquisas que dedicam ou até mesmo que se comprometem em realizar uma avaliação levando em consideração os condicionantes externos ao papel central do Estado que influenciam as capacidades estatais em um determinado território.

Considerando esse apontamento, o presente ensaio objetiva fazer uma análise crítica em torno das perspectivas teóricas sobre capacidades estatais apontando alguns determinantes históricos, políticos, econômicos e culturais que perpassam as capacidades estatais na promoção de políticas públicas no Brasil.

Tendo em vista a precária produção existente sobre essa questão e a quase inexistente consideração desses pontos nas avaliações de capacidades estatais acreditamos ser primordial a desenvoltura do tema no sentido de contribuir para análises que abarquem sua complexidade em busca de compreensão da realidade em sua totalidade, entendida aqui como um processo dialético que busca compreender a essência do fenômeno nas suas íntimas e complexas determinações.

Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica apontando as principais perspectivas teóricas utilizadas pela literatura, identificando as categorias consideradas relevantes para cada concepção, para em um segundo momento, tecer um ensaio crítico dos principais determinantes de capacidades estatais no Brasil, importante esclarecer que não há a pretensão de abarcar todo o conhecimento a respeito do assunto.

2 CAPACIDADES ESTATAIS E SUAS PRINCIPAIS CATEGORIAS

O conceito de capacidades estatais é diverso e amplo, podendo variar conforme o tempo histórico e a corrente teórica que o inspiram. Dessa forma, à

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



medida que se amplia o entendimento sobre a relevância do papel do Estado na promoção de políticas públicas, também se avança na complexificação do conceito de capacidades estatais, suscitando uma grande diversidade de perspectivas teórico-metodológicas. Em meio ao contexto de crise do capital nos anos 1970 e 1980, quando o papel do Estado fundado no padrão keynesiano-fordista começou a ser questionado, surgiram contribuições inspiradas na tradição weberiana³. Trabalhos como os de Tilly (1975), Mann (1984) e Migdal (1988) direcionaram maior atenção a características do Estado Moderno em termos de monopolização do poder coercitivo pela administração central, enquanto as contribuições de Skocpol (1979), Evans; Rueschemeyer & Skocpol (1985) e Evans (1985) abordaram tanto a monopolização do poder coercitivo quanto a formação de quadros de serviço público profissionais com a possibilidade de operar de forma independente e em busca de objetivos próprios.

Para Mann (1984), a capacidade estatal se traduz no poder autônomo do Estado em adentrar na sociedade e executar suas decisões políticas. Esse poder infraestrutural estaria relacionado, sobretudo, à capacidade de interagir com a sociedade e prover os serviços básicos. Já para Evans, Rueschemeyer & Skocpol (1985), para o Estado agir autonomamente seria indispensável um corpo técnico capaz de implementar as políticas de desenvolvimento, na medida em que mais do que uma arena para onde confluem os interesses, o Estado é, para esses autores, um ator em si mesmo, cuja autonomia opera na definição de metapolíticas.

Posteriormente, analisando o Estado em um contexto de globalização, Evans (1995) amplia o conceito a partir da noção de “autonomia inserida” (embededness), por meio da qual argumenta que as capacidades do Estado estariam associadas não só à existência de burocracias racional-legais, mas também à habilidade destas de

³Max Weber entendia o Estado como uma organização política que detém o monopólio da propriedade do uso da força física em um determinado território. O Estado é caracterizado pela sua capacidade de impor sua vontade sobre a sociedade, inclusive através do uso da violência, sem que haja uma resistência significativa por parte dos indivíduos. Além disso, Weber também argumentava que o Estado moderno se diferencia das outras formas de dominação social (como a autoridade tradicional ou carismática) por ser uma burocracia racional-legal, que se baseia em regras claras e impessoais para tomar decisões e exercer o poder (WEBER, 1999).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



se relacionarem, reconhecendo que as capacidades estatais não estariam apenas ligadas às características do aparelho do Estado, mas também da relação deste com as estruturas sociais circundantes. Tal perspectiva foi corroborada por Weiss (1998), que estudou a capacidade do Estado de se adaptar e de se transformar mediante os choques e pressões externas provenientes do mundo globalizado.

De acordo com Gomide; Pereira & Machado (2017), ainda neste contexto de globalização e democratização, as concepções em torno das capacidades estatais se aprimoram, partindo da necessidade de produzir políticas públicas em face da nova realidade de recursos e manifestações. Surge a ideia de “capacidades governativas” (PARTINER & PIERRE, 2005), entendidas como habilidade de fazer escolhas e definir estratégias para alocação e gestão de recursos, além de ser capaz de mobilizar apoio e consentimento da sociedade.

Com base nos estudos de Wu, Ramesh e Howlett (2015), o trabalho de Gomide; Pereira & Machado (2017) discute o que seriam as “capacidades para políticas públicas”, dividindo-as em três tipos de competências, a saber: a) a analítica, capaz de garantir que as políticas públicas sejam sólidas; b) a operacional, que diz respeito à capacidade de realizar um alinhamento entre os recursos disponíveis e a implementação das ações; e c) a política, referente à habilidade de obter apoio e sustentar o apoio político para suas ações. Essas competências, por sua vez, envolveriam três níveis de recursos: sistêmico (apoio e confiança que a organização estatal dispõe dos atores sociais e políticos), organizacional (disponibilidade e eficácia dos sistemas de informação e de recursos humanos e financeiros) e individual (conhecimento técnico-político dos gestores e analistas).

Também Grin, Demarco & Abrucio (2021) abordam o conceito de capacidades estatais a partir de Completa (2017) e Weiss (1998), entendendo-o como o conjunto de recursos e habilidades administrativas, políticas, técnicas e institucionais utilizadas para a superação das restrições encontradas nas relações governamentais e societais, a fim de alcançarem os objetivos políticos e de política pública, gerar valor social e fornecer bens públicos.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



De modo similar, Gomide (2016) assinala que o conceito de capacidades estatais vem variando historicamente, em virtude dos objetivos democráticos e da própria noção que se tem de desenvolvimento. Nesse sentido, o autor aponta que as capacidades do Estado dependeriam não só da existência de burocracias qualificadas, dotadas de transparência e accountability, mas também da habilidade dessas de se relacionarem com os atores do mercado e da sociedade nos processos de formulação e implementação de políticas e metas, não somente no ambiente produtivo, mas também no campo ambiental e humano. O autor cita, inclusive, o aprofundamento do já referido conceito de autonomia inserida, presente nos trabalhos mais recentes de Evans (2010) e Evans e Heller (2013), compreendendo que o Estado deve se relacionar também com outros grupos da sociedade civil, o que viria da institucionalização de vários canais deliberativos.

No que diz respeito mais especificamente à realidade latino-americana, ainda são poucos os estudos que enfocam a implementação de políticas públicas a partir do referencial de capacidades estatais. Merecem destaque aqui as contribuições de Centeno (2002) que associa a capacidade estatal a questões históricas como confiança pública e privada, desigualdade econômica e social e globalização e seus impactos nos Estados Nacionais.

Enfim, as concepções trazem em si categorias analíticas que representam o entendimento de capacidades estatais, por meio dessas percepções podemos apontar um conjunto de categorias que são levadas em consideração, tais como: organização e habilidade política; poder coercitivo; autonomia; autonomia inserida; governança; disponibilidade e recursos; conhecimento técnico; capacidade de consenso e; confiança. Porém, por mais sucessivas tenham sido as concepções de capacidades estatais no intuito de englobar sua compreensão numa perspectiva de totalidade, ampliando ao longo dos anos, as categorias que perpassam o entendimento de capacidades estatais, ainda assim, são poucos os trabalhos que exploram ou que levam em consideração os condicionantes externos de capacidades estatais em sua totalidade.

PROMOÇÃO



APOIO



No intuito de desbravar tal análise crítica apontaremos na seção seguinte, os determinantes histórico, político, econômico e cultural que perpassam as capacidades estatais na promoção de políticas públicas que acreditamos ser relevantes para a realidade brasileira e que, portanto, deveriam ser levados em consideração em uma avaliação de capacidades estatais.

3 DETERMINANTES DAS CAPACIDADES ESTATAIS NO BRASIL: ensaio crítico

A apreensão dos determinantes que influenciam as capacidades estatais requer uma análise que busque a essência, a realidade concreta, compreendendo as capacidades estatais como partes estruturais da totalidade, de forma a conectar o fenômeno estudado com sua complexidade historio-estrutural.

Gomide (2021) faz um alerta para essa necessidade, porém ressaltando a dimensão sociopolítica, para o autor:

Entender a implementação de políticas e o desempenho governamental apenas como uma questão de estoques de habilidades e recursos pode desprezar as principais características e os mecanismos que impulsionam o desempenho da ação pública. (GOMIDE, 2021, p. 21)

Porém, seguindo a perspectiva por nós levantada, o estudo das capacidades estatais deve considerar sua múltipla causalidade, suas conexões internas, e as relações entre suas manifestações e dimensões, não somente política, como histórica, econômica e cultural.

Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar os legados históricos das formações dos Estados nacionais, as experiências vividas que conduziram a certo aprendizado e a determinada forma de agir.

Evans (1993) em seu estudo sobre os países do Leste Asiático (Taiwan, Coreia do Sul e Japão), constatou o passado histórico daquelas nações, seu envolvimento em guerras, a dominação estrangeira e os conflitos internos enquanto fatores que deram a seus respectivos Estados, as condições para suas conquistas, sendo, portanto, fatores condicionantes das capacidades estatais. No Brasil, o histórico de

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dependência e conformismo da classe trabalhadora compromete uma direção segura e politizada dos movimentos operários o que interfere também, nas relações políticas.

De acordo com Santos (1994), o Brasil é composto por um híbrido institucional, pois apresenta uma morfologia poliarquica associada a uma sociedade hobbesiana, ou seja, uma instituição democrática agregada a uma sociedade onde a parte sobrepõe ao todo, onde o indivíduo é uma unidade. No intento de explicar tal tese, o autor faz uma explanação acerca da construção política das sociedades, demonstrando que no Brasil sua formação apresenta singularidades em relação a outros países.

Em seus argumentos, o autor se orienta pelo modelo poliárquico sugerido por Robert Dahl, que defende haver dois eixos de compreensão: a) a liberalização, ou seja, o “grau de institucionalização já alcançado pelas regras de competição política e o acatamento de seus resultados” (SANTOS, 1994, p. 27), ou seja, reconhecimento do direito de criar organizações; e b) a participação que se refere “à proporção da população a que tais direitos e liberdades são garantidos” (SANTOS, 1994, p. 27), tendo por base que o ideal democrático é representado por um sistema político plenamente institucionalizado.

A partir desses dois eixos, Santos elabora duas sequencias para a ordem de institucionalização das sociedades contemporâneas: de um regime de oligarquia fechada a um regime de competição (liberalização sem participação ampliada) à poliarquia, isto é, à participação generalizada após a instituição da competição política e; das oligarquias fechadas às inclusivas (participação ampliada sem concomitante institucionalização) e daí a poliarquia, via institucionalização da competição política. Os países que seguem a primeira sequência são mais estáveis no que diz respeito à poliarquia. O Brasil adota o segundo exemplo com uma peculiaridade: utiliza as políticas sociais como auxiliar na solução do problema de conciliar a participação ampliada com a baixa institucionalização, o que gera divórcio entre o processo político partidário e a dinâmica da competição entre empresários e classe trabalhadora,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

assim, as políticas sociais decorrem da intervenção do Estado gerando uma atitude conformista, por parte da sociedade, diante seu aparelho e sua burocracia arrogante.

Com efeito, ao observar a sequência e a forma de incorporação dos segmentos sociais no país, identifica-se um atraso da burguesia e uma pouca relevância dos partidos políticos em comparação a outras nações. Tal particularidade contribui para o entendimento de o Brasil se apresentar como caso extremo e tecnicamente mais bem sucedido da incorporação de um corporativismo subdesenvolvido. Tendo em vista que o Brasil apresenta uma boa constituição de requisitos para uma poliarquia sólida, como um processo de acumulação material induzido ou associado a elevado grau de urbanização e dinâmica partidária competitiva, esperava-se que o atendimento a estes requisitos manifestasse uma adequada capacidade de aprendizado diante as crises, reduzida taxa de desperdício e maior velocidade de recuperação nos períodos difíceis, o que não ocorre em razão do hibridismo constituído na formação história de sua sociedade.

Do ponto de vista econômico, é necessário estabelecer relações das capacidades estatais com as questões estruturais da economia e seus efeitos nas conformidades do Estado. Em tempos de globalização econômica no capitalismo sob predominância financeira, os países periféricos sofrem pesadas imposições dos organismos multilaterais, além da imposição de uma rígida política fiscal que compromete as capacidades estatais.

Segundo Chesnais (2005), tanto nos países da OCDE como nos países periféricos, caso do Brasil, a acumulação financeira é continuamente alimentada pela dívida pública, visto que, a desoneração do capital e as rendas elevadas⁴, facilitadas pela mundialização financeira, pela impunidade da evasão e pela multiplicação dos paraísos fiscais, fazem com que esses países recorram ao financiamento por meio de empréstimos. Com efeito, a dívida pública se torna o pilar do poder das instituições que centralizam o capital portador de juros, gerando pressão fiscal sobre as rendas menores e com menor mobilidade, além de fomentar a austeridade orçamentária e

⁴ As rendas elevadas, ainda se beneficiam da redução de impostos e emprestam a taxas elevadas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



forçar a contínua diminuição das despesas públicas, incentivando, com isso, as privatizações nos países em desenvolvimento, e, promovendo, também, o início do processo de desindustrialização. Mesmo que o caso do Brasil não seja o de endividamento externo, nem de explosão da dívida em relação ao PIB, a ideologia da austeridade se impõe pelo papel dos agentes de mercado e seus pares no ambiente político.

Agudizando tal situação, no Brasil a atratividade dos capitais é realizada por meio de juros altos e ações que forneçam garantias de que teria como arcar com as dívidas, adotando, para isso, um sistema fiscal que prima pelo aumento da carga tributária aliada ao instituto de superávit fiscal primário, garantindo com isso, que parte substancial do aumento da arrecadação fosse direcionada aos credores do Estado (BIN, 2010). Nesse caso, chama atenção a trajetória recente do chamado Teto de Gastos, medida inédita em termos de austeridade pelo teor e longevidade prevista, que impôs limite de gastos apenas às despesas primárias.

Para Bruno e Caffé (2017), recentemente certas estruturas do Estado passam a ser diretamente controladas pelos interesses da alta finança,

[...] o Brasil torna-se um caso típico de regime fisco-financeiro no âmbito do qual as finanças públicas estão completamente subordinadas às finanças privadas e estas últimas plenamente inseridas no circuito da acumulação rentista-patrimonial, característica dos processos de financeirização (BRUNO; CAFFÉ, 2017, p. 1038).

Os autores explicam ainda que, no Brasil, o padrão de financeirização de caráter usuário e patrimonial torna a dívida pública um instrumento essencial para o processo de acumulação financeira. Com efeito, esse padrão faz da política fiscal mero instrumento de transferência de recursos por meio do Estado. Assim sendo, o Estado se converte em um operador do capital financeiro, atuando sob as bases de uma drenagem sistemática de recursos da sociedade, diminuindo por seu turno, a capacidade de implementação de estratégias de desenvolvimento e de financiamento dos Estados.

Do ponto de vista político, é necessário reconhecer os determinantes provenientes das posições tomadas pelas forças políticas em confronto. É preciso

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

questionar se elas são capazes de dar sustentação ao desenvolvimento econômico e social. Essa questão coloca, portanto, o reconhecimento de que a coalizão ou aliança entre atores estratégicos condiciona a efetividade da ação estatal.

É preciso chamar atenção aqui também para o desenho político-estrutural, proveniente tanto da democratização com seus múltiplos mecanismos de transparência e controle social, que imprime à arena de luta novos atores sociais. Da mesma forma, a estruturação federativa, cuja descentralização política, administrativa e financeira ainda se mostra dependente, em muitos casos, do poder central, principalmente no que diz respeito à questão financeira. Essa condição acaba por impactar as capacidades estatais de muitos municípios, o que, por sua vez, mostra-se agravado pelo esquizofrênico modelo de programação orçamentária, que foi desvirtuado em seus poderes, dando uma legitimidade inexistente e (in)verdadeira ao Legislativo de conhecedor da realidade local, podendo criar, assim, um orçamento descomprometido com as metas e pactos de desenvolvimento das políticas assim como desvirtuado de transparência.

Por outro lado, também, encontramos inúmeros municípios dependentes dessas transferências orçamentárias advinda dos parlamentares, reforçando o clientelismo tão presente na nossa realidade histórica.

Concernente a esta questão administrativa e financeira, Grin, Demarco & Abrucio (2021) levantam outra questão: ainda que os municípios tenham angariado um aumento das competências tributárias com a descentralização, essa autonomia, por outro lado, requer mais capacidades de autorregulação bem como demanda mais qualidade técnica e organizacional das prefeituras, impactando nas capacidades de gestão de recursos humanos, o que vem sendo enfrentado desigualmente conforme o porte do município.

Por fim, do ponto de vista cultural, é mister relacionar as capacidades estatais com as configurações objetivas implicadas a determinadas concepções e padrões. De acordo com Santos (1994) há na sociedade brasileira uma cultura cívica (sistema de crença, valores) que possui expectativa próxima de zero quanto à eficácia do

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Estado. Fato que parece estar relacionado e mesmo aprofundado diante das recentes e aceleradas mudanças sociais no país, que produz a sensação de que nada é certo no futuro imediato; da compreensão que fazem da política (ex. se esta compensa, não compensa e se não sabe); da impotência individual em se ajustar ao mundo, visto que se reconhece a retribuição da sociedade independe da contribuição do indivíduo, o que gera descrença no coletivo e confiança só no âmbito privado e lutas no sentido de cada um por si, reforçando a despolitização e comprometendo assim, a correlação de forças nos embates dos interesses.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, identificamos um avanço na perspectiva teórica sobre capacidades estatais para a promoção de políticas públicas. A busca de uma apreensão que intente em abarcar o tema em sua totalidade rendeu um complexo conceito de crescentes categorias e dimensões, ao longo das décadas, a respeito do papel central do Estado e suas relações.

Embora encontrado algumas produções que apontassem para a importância de uma análise crítica quanto aos determinantes das capacidades estatais, avançando sobre algum aspecto determinante, essas não abarcavam o tema em sua totalidade, como fatos de um processo dialético, composto por determinados e determinantes de um todo.

Avançando nessa análise crítica, concluímos que as capacidades estatais no Brasil são condicionadas por determinantes históricos, políticos, econômicos e culturais. Em seu aspecto histórico, destacamos a dependência e conformismo da classe trabalhadora que compromete uma direção segura e politizada dos movimentos operários o que interfere também, nas relações políticas. Do ponto de vista econômico, apontamos a posição dos países periféricos diante as pesadas imposições dos organismos multilaterais, entre elas uma rígida política fiscal que reforça para baixo os recursos do orçamento público para as políticas públicas. Sobre

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



o aspecto político, é necessário considerar o desenho político-estrutural, que por hora pode favorecer a transparência e o controle social, mas que em seus meandros aponta, em muitos casos, uma dependência financeira ao comando Central, além de um esquizofrênico modelo de programação orçamentária, que favorece, em inúmeros municípios, o clientelismo historicamente existente em nossa sociedade, à medida que, muitos recursos passam a ser transferidos por parlamentares à revelia das diretrizes, princípios e metas preconizados nos planos e políticas sociais. Terminamos com os apontamentos a respeito de uma cultura civil de despolitização, que influenciam nas relações políticas e, portanto, na disputa de interesses que determinaram a direção, conteúdo e tamanho das políticas públicas.

Enfim, concluímos que para uma avaliação de capacidades estatais para a promoção de políticas públicas é necessário abordar o tema em sua totalidade, no sentido de compreender as íntimas e complexas determinações de fenômeno.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, RB; LIMA, LL. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo. N. 89, pp.1-28, 2019

BICHIR, RM. A Emergência e a Consolidação de Programas de Transferência de Renda no Brasil, na Argentina e na África do Sul. In: GOMIDE, A. A.; BOSCHI, R. R. (orgs.). **Capacidades Estatais em Países Emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

BIN, D. **A superestrutura da dívida: financeirização, classes e democracia no Brasil neoliberal**. São Paulo: Alameda, 2010.

BRUNO, M; CAFFE, R. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, Número Especial, p. 1025-1062, dez. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3583/08MiguelBruno.pdf> Acesso em: 06 de ago. 2022.

PROMOÇÃO



APOIO



CENTENO, M.A. **Blood and debt: war and the nation-state in Latin America.** University Park: Penn State Press, 2002

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada.** São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-68.

COMPLETA, E.R. Capacidad estatal: ¿qué tipo de capacidad y para qué tipo de Estado? PostData. **Revista de Reflexión y Análisis Político**, v.22. n.1, p.111-140, 2017.

EVANS, P. B.; HELLER, P. **Human development, state transformation and the politics of the developmental state.** Oxford, England: Oxford University Press, 2013.

EVANS, P. Constructing the 21th century developmental state: potentials and pitfall. In: EDIGHEJI, O. **Constructing democratic developmental state on South Africa: potentials and challenges.** Cape Town: HCRS Press, 2010. p. 37-58.

EVANS, P. **Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation.** Nova Jersey: Princeton University Press, 1995.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**, n. 28-29, p. 107-157, 1993. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100006>

EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Bringing the State back in.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

GOMIDE, AA. Apresentação. In GRIN, EJ; DEMARCO, DJ; ABRUCIO, FL. **Capacidades Estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021. Pp. 17-23

GOMIDE, AA. Capacidades estatais para políticas públicas em países emergentes: (des)vantagens comparativas do Brasil. In: GOMIDE, AA; BOSCHI, RR. (orgs.). **Capacidades Estatais em Países Emergentes: o Brasil em perspectiva comparada.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

GOMIDE, AA, PEREIRA, AK. & MACHADO, R. O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. **Sociedade e Cultura**, v. 20 n.1, pp. 3-12, 2017

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

GRIN, EJ; DEMARCO, DJ; ABRUCIO, FL. **Capacidades Estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021.714 p.

MANN, M. **The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results.** European Journal of Sociology, v. 25, n. 2, p. 185-213, nov. 1984.

MIGDAL, J. S. **Strong Societies and Weak States: State Society Relations and State Capabilities in the-Third-World.** Princeton: Princeton University Press, 1988.

PAINTER, M; PIERRE, Jon. Unpacking Policy Capacity: issues and themes. In **Challenges to State Policy Capacity.** New York: Palgrave Macmillan, 2005. p.1-18.

SANTOS, WG. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994.

SKOCPOL, T. **States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China.** Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

TILLY, C. **The Formation of National States in Western Europe.** Princeton: Princeton University Press, 1975.

WEISS, L. **The Myth of the Powerless State: Governing the Economy in a Global Era.** New York: Cornell University Press, 1998.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: UnB. 2 v., 1999.

WU, X; RAMESH, M; HOWLETT, M. Policy Capacity: a conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. In **Policy and Society**, v. 34, p. 165-171, 2015

PROMOÇÃO



APOIO

